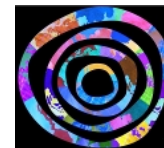


VI CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

MUNDOS SOCIAIS: SABERES E PRÁTICAS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS



25 A 28 DE JUNHO DE 2008

ÁREA TEMÁTICA: Cidades, Campos e Territórios

Dinâmica econômica intra-urbana e desigualdade sócio-espacial na Região Metropolitana de São Paulo no período 1990-2006

SERRAO, Rafael Soaresⁱ

Graduado em Ciências Sociais, PUC/SP

rafael@dieese.org.br

Resumo

De uma forma sucinta, este trabalho busca traçar um diagnóstico das mudanças na estrutura produtiva da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), principal centro econômico do Brasil, ao longo do período de 1990 a 2006, além de apresentar algumas tendências marcantes do mercado de trabalho e discutir os desequilíbrios causados pela implementação de políticas econômicas neoliberais.

Ao longo de pouco mais de 15 anos observa-se, do ponto de vista do trabalhador, dois momentos bastante distintos. O primeiro deles abarca praticamente toda a década de 90 e início dos anos 2000, caracterizado pela crescente taxa de desemprego, pelo retrocesso no poder aquisitivo e flexibilização das garantias trabalhistas; já o segundo, que perdura até os dias hoje, retrata uma melhora nos níveis de emprego, de renda e de consumo.

Essa abordagem se constrói no âmbito do *Projeto Observatório das Metrôpoles São Paulo*, estudo que analisa a segregação sócio-espacial no interior da RMSP. A partir de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi elaborada uma variável síntese capaz de espacializar a população ocupada da RMSP, porém sem focalizar diretamente a questão da estrutura produtiva e suas transformações frente à abertura econômica promovida desde meados dos anos 80, sendo esta a abordagem do presente texto.

Palavras-chave: segregação sócio-espacial; globalização; mercado de trabalho; estrutura produtiva; metrópole

1. Introdução

De uma forma sucinta, este trabalho busca traçar um diagnóstico das mudanças na estrutura produtiva da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), principal centro econômico do Brasil, ao longo do período de 1990 a 2006, além de apresentar algumas tendências marcantes do mercado de trabalho e discutir os desequilíbrios causados pela implementação de políticas econômicas neoliberais.

Ao longo de pouco mais de 15 anos observa-se, do ponto de vista do trabalhador, dois momentos bastante distintos. O primeiro deles abarca praticamente toda a década de 90 e início dos anos 2000, caracterizado pela crescente taxa de desemprego, pelo retrocesso no poder aquisitivo e flexibilização das garantias trabalhistas; já o segundo, que perdura até os dias hoje, retrata uma melhora nos níveis de emprego, de renda e de consumo.

Essa abordagem se constrói no âmbito do *Projeto Observatório das Metrôpoles São Paulo*, estudo que analisa a segregação sócio-espacial no interior da RMSP. A partir de dados censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi elaborada uma variável síntese capaz de espacializar a população ocupada da RMSP, porém sem focalizar diretamente a questão da estrutura produtiva e suas transformações frente à abertura econômica promovida desde meados dos anos 80, sendo esta a abordagem do presente texto.

2. Projecto Observatório das Metrôpoles

Em primeiro lugar, faz-se necessário uma apresentação do *Projeto Observatório das Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática*, como também de sua metodologia e de alguns resultados alcançados pela equipe responsável pela Região Metropolitana de São Paulo.

Trata-se de um estudo comparativo desenvolvido em rede, simultaneamente em 12 metrôpoles brasileirasⁱⁱ, onde em cada uma das localidades existe um conjunto de pesquisadores, ligados a uma ou mais Universidades. No caso de São Paulo, o projeto é desenvolvido em conjunto por pesquisadores do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

Os objetivos e, principalmente, os resultados extrapolam a simples esfera descritiva, uma vez que a intenção é identificar as transformações e tendências similares (ou não) presentes nas metrôpoles estudadas, impulsionadas pela reorganização econômica e social pelas quais o Brasil tem passado nos últimos tempos, motivando atividades de pesquisa com produções que subsidiem políticas públicas e a sociedade civil em geral.

Para tanto, o recurso metodológico adequado aos objetivos foi o estabelecimento de uma hierarquia sócio-ocupacional com a construção de um conjunto de categorias, apoiando-se em variáveis censitárias de ocupação segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – classificação que parte das diretrizes da Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Os dados censitários são os únicos

disponíveis, no Brasil, com capacidade simultânea de comparabilidade no tempo e no espaço, contemplando dados do mundo do trabalho. Como ponto de referência, foi utilizado o sistema de classificação das profissões na França, adotado pelo Institut National d'Économie et Statistique (INSEE), e o primeiro trabalho comparativo realizado foi entre Paris e Rio de Janeiro (Preitecelle et al., 1999).

A partir de um trabalho estatístico, com o uso de técnicas da análise fatorial, se criou a categoria sócio-ocupacional (CAT), uma variável síntese que identifica quais segmentos da sociedade melhor representam cada parcela do tecido metropolitano, possibilitando a elaboração de um sistema de hierarquização social das ocupações. Nesta abordagem é considerada apenas a população ocupada e, para efeito da espacialização da segregação, o referencial é o local de moradia. Ao todo são 25 categorias sócio-ocupacionais,

[...] através das quais é possível captar a segmentação social nas metrópoles brasileiras, foram construídas a partir de alguns princípios gerais que se contrapõem e que estão na base da organização da sociedade capitalista, tais como: capital e trabalho, grande e pequeno capital, assalariamento e trabalho autônomo, trabalho manual versus não-manual e, atividades de controle e de execução (Ribeiro, et al., 2000). (Bógus et. al., 2008, p.2).

Por fim, foi levada em conta não só a lógica das ocupações ligadas aos diferentes setores econômicos, como também no interior de um mesmo setor, como é o caso do [setor] Terciário, no qual, os segmentos foram separados segundo a necessidade de qualificação do trabalhador e complexidade da função desempenhada. O quadro abaixo mostra a distribuição das categorias sócio-ocupacionais adotada para os anos de 1991 e 2000.

Dirigentes	Grandes empregadores Dirigentes do setor público Dirigentes do setor privado
Intelectuais	Profissionais Autônomos Profissionais empregados de nível superior Profissionais estatutários de nível superior Professores de nível superior
Pequenos Empregadores	Pequenos empregadores
Ocupações Médias	Ocupações de escritório Ocupações de supervisão Ocupações técnicas Ocupações de saúde e educação Ocupações de segurança, justiça e correio Ocupações artísticas e similares
Trabalhadores do Terciário	Trabalhadores do comércio Prestadores de serviços especializados

Trabalhadores do Secundário	Trabalhadores manuais da indústria moderna Trabalhadores manuais da indústria tradicional Trabalhadores manuais de serviços auxiliares Trabalhadores manuais da construção civil
Trabalhadores do Terciário não Especializado	Prestadores de serviços não especializados Empregados domésticos Ambulantes Biscateiros
Agricultores	Agricultores

Quadro 1 - Categorias Sócio-ocupacionais
Fonte: Observatório das Metrópoles São Paulo

Como já dito, os dados censitários proporcionam o georeferenciamento das informações, mais precisamente, segundo 812 Áreas de Expansão Domiciliares (AEDs) distribuídas nos 39 municípios da RMSP em 2000, em seguida utilizadas na análise espacial do ano de 1991. A hierarquia é fruto do agrupamento de pouco mais de 400 ocupações elencadas pelo IBGE, tal como exposto acima.

Conforme apresentado nas figuras abaixo, a análise dos dados dos Censos de 1991 e 2000 resultou na criação de 11 e 12 tipos de áreas socialmente homogêneas, respectivamente, agrupadas em cinco grandes grupos: agrícola, popular, operário, médio e superior.

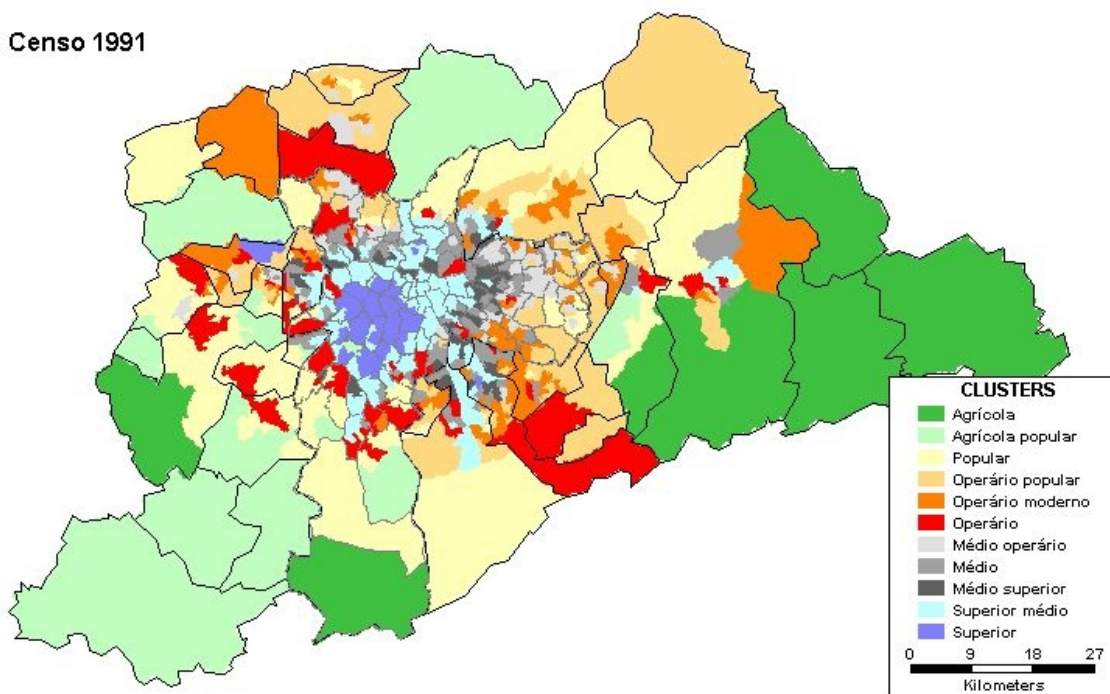


Figura 1 - Tipologia sócio-espacial da Região Metropolitana de São Paulo

1991

Fonte: Observatório das Metrópoles São Paulo

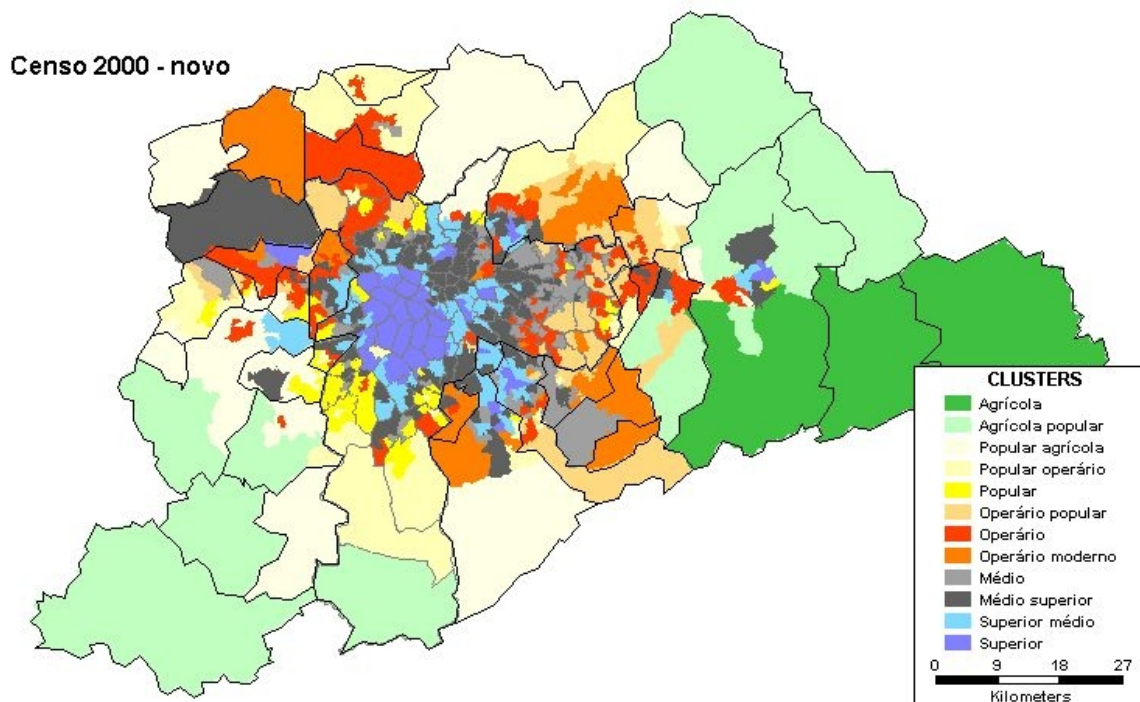


Figura 2 - Tipologia sócio-espacial da Região Metropolitana de São Paulo

2000

Fonte: Observatório das Metrópoles São Paulo

Bógus e Pasternak (2008), coordenadoras da equipe de São Paulo, apontam em um de seus textos algumas mudanças de destaque ocorridas no período 1991-2000:

Os chamados dirigentes apresentaram forte perda relativa na participação, de mais de 20%, na RMSP como um todo. Recuo que em números absolutos representa redução de algo em torno de 40% (36 mil pessoas, frente ao total de 90 mil). Os grandes empregadores (com mais de 10 empregados) são os maiores responsáveis;

Nas camadas médias, parcela que representava 32% do total de ocupados em 1991 e 28% em 2000, a modificação mais significativa na sua composição deve-se à diminuição, de mais de 20%, das ocupações de escritório;

No interior do grupo popular destacaram-se os prestadores de serviços especializados (garçons, vigilantes, cozinheiros, além de trabalhadores de comunicação, TV e telefone, marceneiros, carpinteiros e semelhantes), categoria sócio-ocupacional que passou de 6,5% dos ocupados para 9,6% em 2000. Da mesma forma cresce a participação de trabalhadores ligados aos serviços auxiliares da indústria (transporte, água, gás, eletricidade). Além de ambulantes e biscateiros. Evidenciando uma alteração na estrutura produtiva, houve expressiva queda do número de operários da indústria tradicional (praticamente 50%) e, em menor proporção, dos trabalhadores da indústria moderna.

Com relação aos aspectos demográficos, é evidente a maior proporção de ocupados do sexo feminino no ano 2000, mesmo os homens ainda representando a grande maioria. Mais detalhadamente, as mulheres se fizeram mais presentes na maior parte das categorias: um exemplo disso são os casos de dirigência, dentro dos quais a participação dos homens recuou de 82,5% para 68,3% no período em questão. Da mesma forma, o movimento se refletiu dentro dos estratos populares e médios da hierarquia ao repetir algumas das tendências, principalmente na composição do grupo dos trabalhadores do terciário e terciário não especializado (trabalhadores domésticos, ambulantes, biscateiros, etc), nos quais as mulheres eram maioria absoluta em 2000 (63,6%).

Um outro aspecto visível é a disseminação do modelo verticalizado de moradia. De forma geral, o número de ocupados residentes em apartamentos aumentou no período estudado, ao saltar de 13% para 19%. seja em empreendimentos de alto padrão voltados à elite. Esse processo não se restringe a empreendimentos de alto padrão, mas também se expande a conjuntos habitacionais que visam atingir camadas de menor poder aquisitivo.

3. As Transformações na ocupação no período 1990 – 2006

A configuração atual do mercado de trabalho brasileiro não pode ser entendida senão como parte constitutiva da sociedade e, portanto, encerra tantas peculiaridades quanto a própria história do Brasil. Respeitados os limites desta argumentação, o legado da colonização portuguesa imprimiu uma dinâmica agro-exportadora que persiste e se faz evidente até hoje. E o caso do Estado de São Paulo não poderia ser diferente, uma vez que o desenvolvimento econômico e social que lhe foi próprio se assentou no mesmo modelo agro-exportador (ligado, no caso, à produção cafeeira), somado, por sua vez, ao trabalho escravo negro. Posteriormente, ainda no século XIX, a escravidão foi pouco a pouco substituída pelo trabalho assalariado livre; contudo, esses acontecimentos não alteraram substancialmente a “vocação” brasileira para produzir commodities.

Principalmente após a Segunda Guerra Mundial, ao aproveitar o rearranjo econômico mundial, o Brasil ampliou e consolidou a sua estrutura industrial. A industrialização ocorreu tardiamente em comparação com países da América Latina e, se revelou concentrada em apenas uma porção do território:

A industrialização do país se processou apenas no século XX e de forma muito rápida. O vasto contingente de mão-de-obra rural, com poucos laços de assalariamento, transformou-se em um extenso mercado de trabalho urbano. A concentração industrial nas regiões Sul e Sudeste estimulou os movimentos migratórios, ao mesmo tempo em que a falta de mecanismos institucionais de garantia de renda e a concentração histórica da posse da terra impulsionaram o êxodo rural. (Dieese, 2001, p. 79)

A concentração espacial da indústria brasileira perdurou até os anos 1970 nos municípios da RMSP, resultado dos primeiros investimentos da elite cafeeira nesse setor e,

[...] embora esse período marque a inflexão da concentração industrial em São Paulo, as bases técnicas e estruturais implantadas em outros estados brasileiros parecem ser ainda insuficientes para um processo que consolide uma desconcentração industrial mais intensa de São Paulo para o resto do país [...] (Negri, 1992, p25).

Ainda na década de 1970, entretanto, deu-se início a uma política de desconcentração produtiva, sob o comando do Estado (tanto na esfera Federal quanto na Estadual), e o interior paulista começou a receber investimentos no setor industrial.

A correlação entre o desenvolvimento robusto da economia paulista e a concentração populacional não é mero acaso, mesmo que não se consiga determinar uma relação causal entre as duas esferas – elaboração improvável tendo em vista a complexidade histórica dos assuntos. Especificamente no que tange à demografia do Estado de São Paulo durante os anos de 1950, nota-se um crescimento em proporções consideráveis e, segundo Censo de 1960, a população da RMSP superou a do município pólo. Com o mercado de trabalho em plena expansão, a RMSP passou a receber milhares de migrantes e imigrantes, o que fez a população da área se ampliar em taxas significativas. Dados muito mais recentes indicavam, em 2006, pouco mais de 19,3 milhões de pessoas, 47,8% do total do Estado de São Paulo; destes, 55,8% residiam no município de São Paulo. O Quadro 2 revela que até o ano de 1980 o peso da RMSP era crescente, porém, a partir dessa época o movimento se inverte. No caso de São Paulo, município pólo da região metropolitana, perdeu-se algo próximo a 10% de seu peso em relação a RMSP.

Ano	MSP	RMSP	ESP	Proporções		
				RMSP/ESP	MSP/RMSP	MSP/ESP
1940	1.326.261	1.568.045	7.180.316	21,84	84,58	18,47
1950	2.198.096	2.688.901	9.134.423	29,44	81,75	24,06
1960	3.781.446	4.791.245	12.823.806	37,36	78,92	29,49
1970	5.929.206	8.139.730	17.771.948	45,80	72,84	33,36
1980	8.493.226	12.588.745	24.953.238	50,45	67,47	34,04
1991	9.610.659	15.369.305	31.436.273	48,89	62,53	30,57
2000	10.435.546	17.878.703	37.032.403	48,28	58,37	28,18
2006	10.789.058	19.355.815	40.484.029	47,81	55,74	26,65

Quadro 2 - População do Estado de São Paulo (ESP), Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e Município de São Paulo (MSP) 1940 a 2006

Fonte: Censos Demográficos – IBGE, 1940 a 2000 e Fundação SEADE, 2006.
Elaboração: Observatório das Metrôpoles São Paulo.

As heranças do crescimento populacional e econômico apresentado até meados da década de 1970 e, principalmente, após as crises mundiais do petróleo se refletiram de forma estrondosa na economia brasileira a partir da década de 1980. A “década perdida”, como ficou conhecida posteriormente esta última, e os anos 90 no Brasil foram marcados por graves problemas no mercado de trabalho, com aumento na taxas de desemprego – conseqüentemente, ganham espaço o trabalho informal e ocupações com vínculos de trabalho precários - queda dos rendimentos e concentração de renda. Como veremos nos quadros abaixo, no interior da RMSP o número de trabalhadores com vínculo formal de emprego encolhe durante a década de 90, há redução drástica do nível de ocupação industrial e ampliação considerável no setor de prestação de serviços.

Os resultados da globalização econômica, revelada pelas práticas governamentais neoliberais adotadas no período, resultou em taxas de desemprego nunca antes vistas e, o percentual chega a 19,3% no ano de 1999, segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) desenvolvida em conjunto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE). Um dos estudos desenvolvidos pelo DIEESE que analisa o comportamento do mercado de trabalho não reluta em afirmar que o comportamento das taxas de desemprego, nos anos 90, está diretamente vinculado às principais mudanças da economia brasileira verificadas nessa época. A recessão do nível de atividade, ocorrida entre 1990 e 1992, atingiu de forma particularmente intensa a região metropolitana de São Paulo, elevando substancialmente o patamar de desemprego. (Dieese, 2002).

Segundo o mesmo estudo, entre 1990 e 2000, a taxa de desemprego avançou 7,3%.

Em meio à recessão econômica e a crescente taxa de desemprego, a legislação trabalhista foi alvo de seguidas ofensivas. Foi exatamente nos anos de 1990 que aconteceram várias modificações das leis que regulamentavam as relações de trabalho no Brasil, todas no sentido de flexibilizá-las e, favorecer assim os empregadores. As de maior impacto foram: implementação do banco de horas, medida que visou diminuir os gastos com horas extras; criação do contrato de trabalho por tempo determinado, modalidade de contratação que desonera o empregador em casos de demissão no termino da vigência do contrato; e, no campo da remuneração, a regulamentação de formas variáveis de remuneração – a Participação nos Lucros e Resultados das empresas foi uma delas – medida que desvia o foco das negociações de reajustes salariais.

Para entender a dinâmica da população inserida no mercado de trabalho formal, adotou-se como parâmetro os dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do Registro Anual de Informações Sóciosⁱⁱⁱ (RAIS). Frente ao cenário desfavorável discutido anteriormente, em 1990, 38% dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada estavam alocados no âmbito da indústria, principalmente no município de São Paulo (64%). A região do ABCDOG^{iv} contava com 24% dos empregados da indústria, percentual que representava 55% dos trabalhadores desta região (Quadro 3).

No setor de serviços estava alocado 45% dos quase 4.700.000 trabalhadores formais da RMSP, dos quais 49% localizados no município pólo. Os postos de trabalho ligados ao mercado financeiro (bancos e demais instituições financeiras) respondiam por apenas 4% dos ocupados, da mesma forma concentrados no pólo. Já o comércio contava com 12% do total e a agropecuária apenas 0,2%.

Em relação ao Quadro 4, ficam claras algumas mudanças. Primeiramente, observa-se que houve um retrocesso no número de trabalhadores formais no período 1990/95. Como resultado do processo de reestruturação produtiva, a indústria perdeu, no intervalo de cinco anos, mais de 300 mil postos de trabalho, ao passo que o comércio e serviços se expandem em proporção bastante parecida. Vale ressaltar que data deste período, a grande abertura do mercado brasileiro aos produtos importados, assim como para o capital estrangeiro, inclusive por meio de privatizações de empresas estatais, movimento que é acentuado no decorrer dos anos seguintes.

A metrópole paulista, o principal centro industrial do país, como também o centro da economia brasileira, sofre um gradual processo de desindustrialização, pelo menos à luz do emprego. Os operários da indústria ou perderam seus empregos ou migraram para outros setores, como para as funções que a partir de então passaram a ser terceirizadas, compreendendo uma estratégia das empresas na busca pelo aumento da produtividade do trabalho.

Outra possibilidade bastante discutida é a interiorização dos estabelecimentos industriais, que migram em busca de incentivos fiscais e de mão-de-obra mais barata. Os dados aqui discutidos possibilitam essa abordagem, tendo em vista que o Município de São Paulo perdeu, no intervalo de 16 anos, 412 942 postos de trabalho na indústria, ao passo que o ABCDOG e os demais municípios ampliam o contingente de trabalhadores nesse setor.

No Quadro 4 encontramos o pico de empregos no setor financeiro, algo em torno de 235 mil, uma vez que cresce o número de estabelecimentos bancários e de crédito em geral. Os comerciantes passaram a empregar mais pessoas, entretanto o crescimento na RMSP é o menor dentre os quatro setores estudados.

1990

Município/Região	INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS				AGROPECUÁRIA		IGNORADOS		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	INST. FINANCEIRAS		DEMAIS SETORES		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
					Abs.	%	Abs.	%					Abs.	%
Pólo	Abs. 1.132.253	% 63,7	426.616	77,5	158.645	79,6	1.577.586	83,1	4.845	68,2	202.625	78,1	3.502.570	74,6
	32,3		12,2		4,5		45,0		0,1		5,8		100,0	
ABCDOG	Abs. 428.742	% 24,1	82.878	15,1	31.210	15,7	193.104	10,2	722	10,2	41.592	16,0	778.248	16,6
	55,1		10,6		4,0		24,8		0,1		5,3		100,0	
Demais Municípios	Abs. 216.026	% 12,2	40.950	7,4	9.459	4,7	128.228	6,8	1.534	21,6	15.272	5,9	411.469	8,8
	52,5		10,0		2,3		31,2		0,4		3,7		100,0	
Total RMSP	Abs. 1.777.021	% 100,0	550.444	100,0	199.314	100,0	1.898.918	100,0	7.101	100,0	259.489	100,0	4.692.287	100,0
	37,9		11,7		4,2		40,5		0,2		5,5		100,0	

Quadro 3 - Distribuição dos trabalhadores formais por setor da economia
Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: Observatório das Metrôpoles São Paulo.

1995

Município/Região	INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS				AGROPECUÁRIA		IGNORADOS		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	INST. FINANCEIRAS		DEMAIS SETORES		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
					Abs.	%	Abs.	%					Abs.	%
Pólo	Abs. 894.923	% 60,8	458.653	75,1	193.955	82,7	1.773.133	81,1	7.447	43,4	26.039	73,5	3.354.150	73,6
	26,7		13,7		5,8		52,9		0,2		0,8		100,0	
ABCDOG	Abs. 364.766	% 24,8	96.892	15,9	28.756	12,3	217.153	9,9	2.138	12,5	5.592	15,8	715.297	15,7
	51,0		13,5											
Demais Municípios	Abs. 212.010	% 14,4	55.264	9,0	11.703	5,0	196.832	9,0	7.579	44,2	3.785	10,7	487.173	10,7
	43,5		11,3		2,4		40,4		1,6		0,8		100,0	
Total RMSP	Abs. 1.471.699	% 100,0	610.809	100,0	234.414	100,0	2.187.118	100,0	17.164	100,0	35.416	100,0	4.556.620	100,0
	32,3		13,4		5,1		48,0		0,4		0,8		100,0	

Quadro 4 - Distribuição dos trabalhadores formais por setor da economia
Fonte: RAIS/MTE. Elaboração: Observatório das Metrôpoles São Paulo.

Os Quadros 5 e 6, referentes aos anos 2000, proporcionam algumas constatações. O número de trabalhadores formais em 2000 cresceu pouco frente a 1995, porém no interior dos setores econômicos aconteceram modificações. Nestes quadros, um fator que aprimora a análise é o certo avanço na qualidade dos dados da RAIS, ou seja, a base se torna mais consistente, já que a quantidade de registros ignorados/mal classificados passou a ter peso insignificante em 2000 e, nulo em 2006.

A indústria novamente perdeu cerca de 300 mil trabalhadores, passando a responder por apenas 25% do total da RMSP, o município de São Paulo (Pólo) foi o mais uma vez o grande afetado. O nível de ocupação na prestação de serviços foi a que revelou melhor crescimento, reunia 59% dos formalizados. Por um lado, as instituições financeiras recuaram e, por outro, os demais setores empregaram um contingente maior, os demais municípios foram os principais responsáveis.

Os números de 2006, os dados mais recentes disponíveis, comprovam o aquecimento da atividade econômica, já que foram criados mais de um milhão de novos postos de trabalho. O comércio, conhecido nos tempos atuais como a “porta de entrada” dos jovens no mercado de trabalho, contratou 293 mil novas pessoas, de maneira bastante homogênea em todo tecido metropolitano.

O setor de serviços continuou respondendo, assim como em 2000, por praticamente 60% do pessoal formalizado e superou a marca dos três milhões de trabalhadores. As instituições financeiras destacaram-se negativamente, pois o encolhimento no nível de ocupação já detectado em 2000 se acentuou e passou a agregar apenas 3% do total da RMSP, com apenas 190 mil postos de trabalho (número inferior ao contabilizado em 1990). Este movimento é explicado pelo avanço da mecanização no setor bancário, uma vez que as seguidas inovações tecnológicas introduzidas eliminaram milhares de empregos, fator que vem contribuindo com os altíssimos lucros dos estabelecimentos bancários.

Há sinais de recuperação do setor industrial, apesar de a participação no interior da RMSP continuar descendente. O número de pessoas empregadas cresceu nas quatro linhas do Quadro 6, porém foi apenas dentro ABCDOG que a indústria percentualmente ampliou sua participação.

2000

Município/Região	INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS				AGROPECUÁRIA		IGNORADOS		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	INST. FINANCEIRAS		DEMAIS SETORES		Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
					Abs.	%	Abs.	%						
Pólo	Abs. 662.884	56,5	500.390	71,5	179.860	81,5	1.865.407	73,9	3.234	25,5	264	97,8	3.212.039	69,4
	% 20,6		15,6		5,6		58,1		0,1		0,0		100,0	
ABCDOG	Abs. 303.373	25,8	116.309	16,6	26.319	11,9	320.877	12,7	1.336	10,5	3	1,1	768.217	16,6
	% 39,5		15,1		3,4		41,8		0,2		0,0		100,0	
Demais Municípios	Abs. 207.352	17,7	83.373	11,9	14.532	6,6	337.183	13,4	8.110	64,0	3	1,1	650.553	14,0
	% 31,9		12,8		2,2		51,8		1,2		0,0		100,0	
Total RMSP	Abs. 1.173.609	100,0	700.072	100,0	220.711	100,0	2.523.467	100,0	12.680	100,0	270	100,0	4.630.809	100,0
	% 25,3		15,1		4,8		54,5		0,3		0,0		100,0	

Quadro 5 - Distribuição dos trabalhadores formais por setor da economia

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: Observatório das Metrópoles São Paulo.

2006

Município/Região	INDÚSTRIA		COMÉRCIO		SERVIÇOS				AGROPECUÁRIA		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	INST. FINANCEIRAS		DEMAIS SETORES		Abs.	%	Abs.	%
					Abs.	%	Abs.	%				
Pólo	Abs. 719.311	53,0	676.352	68,1	149.992	79,4	2.355.812	74,3	3.634	31,8	3.905.101	68,2
	% 18,4		17,3		3,8		60,3		0,1		100,0	
ABCDOG	Abs. 365.186	26,9	166.804	16,8	25.208	13,3	389.009	12,3	523	4,6	946.730	16,5
	% 38,6		17,6		2,7		41,1		0,1		100,0	
Demais Municípios	Abs. 272.158	20,1	150.161	15,1	13.799	7,3	426.584	13,5	7.271	63,6	869.973	15,2
	% 31,3		17,3		1,6		49,0		0,8		100,0	
Total RMSP	Abs. 1.356.655	100,0	993.317	100,0	188.999	100,0	3.171.405	100,0	11.428	100,0	5.721.804	100,0
	% 23,7		17,4		3,3		55,4		0,2		100,0	

Quadro 6 - Distribuição dos trabalhadores formais por setor da economia

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: Observatório das Metrópoles São Paulo.

4. Comentários finais

Sem sombra de dúvida, a Região Metropolitana de São Paulo se tornou uma metrópole dos serviços, o grande centro decisório das atividades financeiras brasileiras, além de abrigar as sedes das maiores empresas nacionais. Ademais, o setor de serviços ganha destaque, como visto anteriormente, reúne 59% dos trabalhadores formais no ano de 2006, desbancando a hegemonia do setor industrial predominante durante décadas. Desta forma, percebe-se a tendência à despolarização do emprego industrial, já que gradativamente a indústria perde peso no Município de São Paulo em detrimento das demais cidades da RMSP, bem como do restante do Estado.

A composição do setor de serviços se tornou heterogênea ao agregar profissionais de segmentos com lógica e complexidade do trabalho distintos. Sabe-se que a expansão deste setor apoiou-se na criação de postos de trabalho de baixa qualidade, vinculados geralmente a empresas que terceirizam serviços antes inseridos, por exemplo, nas próprias indústrias. De acordo com análises do DIEESE, as recentes mudanças estruturais da economia brasileira, impulsionadas pela abertura econômica e, pelo desempenho negativo da economia nos anos 90, caracterizam-se pela fragilização do mercado de trabalho, uma vez que a redução do emprego industrial significou um aumento de emprego nos setores de comércio e serviço, acompanhado da queda do rendimento médio dos trabalhadores.

De outro ponto de vista, a situação da economia e do trabalho começou a mostrar sinais de recuperação do ano 2000 em diante. O crescimento econômico e as novas políticas de recuperação do poder de compra dos trabalhadores - dentre elas os seguidos reajustes reais do salário mínimo nacional, em especial após 2003 - minimizam os retrocessos decorrentes das décadas anteriores, pelo menos no que diz respeito à população com menor poder aquisitivo.



Referências bibliográficas

BÓGUS, L. e PASTERNAK, S. (2008). A Dinâmica Espacial da Desigualdade na Região Metropolitana de São Paulo.

DIEESE (2001). A Situação do Trabalho no Brasil. São Paulo, DIEESE.

----- (2002). Comportamento e Ajuste do Mercado de Trabalho nos anos 90. São Paulo, DIEESE/CNPq.

NEGRI, B. (1992). A Indústria de transformação do Estado de São Paulo (1970-89). In: Coleção São Paulo no Limiar do Século XXI. Diagnósticos Setoriais da Economia Paulista – Setores da Indústria e de Serviços. São Paulo, Fundação SEADE, pp. 15-79.

PREITECELLE, E. e RIBEIRO, L. C. Q. (1999). Tendências da Segregação Social em Metrôpoles Globais e Desiguais: Paria e Rio de Janeiro nos Anos 80. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo.

ⁱ Graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Atualmente é Técnico em Pesquisa do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE. Pesquisador e Assistente de Pesquisa do Projeto Observatório das Metrópoles São Paulo - PUC/SP.

ⁱⁱ Compõem a Rede Observatório das Metrópoles: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia, Recife, Salvador, Natal, Fortaleza, Belém e a aglomeração urbana de Maringá. Atualmente mais quatro metrópoles estão em processo de inclusão na rede: Brasília, Florianópolis, Santos e Vitória.

ⁱⁱⁱ Trata-se de um Registro Administrativo de periodicidade anual, instituído em 1975, com a finalidade de subsidiar as políticas sociais com informações e estatísticas acerca do mercado de trabalho formal. Todo empregador brasileiro, independentemente do setor da economia que esteja alocado, é obrigado prestar sua Declaração Anual – RAIS.

^{iv} Reúne os seguintes municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano, Diadema, Osasco e Guarulhos. Optou-se fazer esta separação pela importância destas cidades da produção industrial, não só da RMSP como também do Brasil, sobretudo no ramo metalúrgico, nos segmentos automobilístico e de eletro-eletrônicos.